



Tempo, Valor e Patrimônio: a atribuição de valor histórico à bens culturais inscritos nos livros do Tombo do IPHAN na década de 1980*

DANIEL BARRETO LOPES**

RESUMO

Procuo realizar, no presente trabalho, um diagnóstico crítico sobre a atribuição de valor histórico à bens culturais pelo IPHAN na década de 1980, a partir de inscrições nos livros do Tombo. Tendo como *loci* de investigação reuniões do Conselho Consultivo, indico uma seleção de Atas e Pareceres das Reuniões do Conselho Consultivo do IPHAN que denota procedimentos de valoração de bens culturais, problematizo assim as discussões sobre valoração presentes em processos de patrimonialização de bens materiais como um lugar que evidencia uma “escrita do patrimônio”, e conseqüentemente, uma operação historiográfica de atribuição de valor histórico que vem se transmutando ao longo do tempo. Uma das formas de representação dos vestígios do passado pelo IPHAN se dá pela atribuição de valor de “testemunho histórico”, especialmente pela concepção de “documento histórico”, consolidando assim a longa tradição do IPHAN em produção de conhecimento a partir da patrimonialização de bens culturais, que, a partir da década de 1980, a atribuição de valor histórico se reverbera sobre a história da ocupação do território pelos ciclos econômicos, atualizando assim a compreensão de uma história da urbanização do Brasil. Essa possibilidade de releitura pelo valor de documento histórico abriu caminho para se pensar o patrimônio de uma maneira mais integradora, agregadora de valores morfológicos, econômicos, paisagísticos e estéticos dos bens culturais, bem como pensar os novos usos do patrimônio como potencial de desenvolvimento socioeconômico e cultural, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das populações detentoras dos bens culturais.

Palavras-chave: História, Patrimônio, Valor

***Este trabalho foi produzido no âmbito do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN (PEP/MP), com recursos financeiros do IPHAN na forma de bolsa e auxílio de pesquisa, no período de 2016 e 2017, sob a supervisão da historiadora do IPHAN Celma do Carmo de Souza Pinto, no Departamento de Patrimonial Material e Fiscalização-DEPAM, Distrito Federal.**

****Graduado em História pela Universidade Federal do Ceará. Atualmente mestrando do programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural-IPHAN.**



Introdução

Pensar a escrita da História relacionado ao campo do Patrimônio Cultural me leva a investigar o processo de patrimonialização de bens culturais,

Seja como norteadora dos procedimentos metodológicos de investigação para a produção de conhecimentos sobre o patrimônio cultural, seja como narrativa de atribuição de valor de patrimônio a subsidiar a sua gestão e a uma escrita do patrimônio, a história tem sido requisitada de formas distintas. (NOGUEIRA, 2014: 48)

Dessa maneira, a História do Campo da preservação do patrimônio cultural no mundo ocidental se dá a partir da dinâmica de valores que historicamente se atribui ao passado, assim, o conceito de Patrimônio está associado às formulações discursivas sobre um determinado passado que se quer “preservar”. A preocupação em recolher, guardar e conservar artefatos e vestígios do passado são características que os indivíduos se autolegitimam para darem sentido ao “devir histórico”, estabelecendo continuidades temporais entre passado, presente e futuro. Nesses indivíduos, encontramos também antiquários, colecionadores de “curiosidades”, classes aristocráticas e burguesas. Depositando seu prestígio, status ou identidade a partir da memória de um passado, seja ele mítico ou secular, o passado também pôde ser associado à uma História da Nação.

A formulação do conceito de patrimônio como agenciamento de proteção legal do Estado emerge a partir do que Benedict Anderson (2009) vai definir como *nationness*, ou “condição nacional”, que se formenta no contexto europeu do final do século XVIII, marcadamente chamado por Eric Hobsbawm por “Era das Revoluções¹”. O “culto” do passado dá lugar à proteção legal canalizado pelos agentes dos Estados Nacionais, que encarnam o próprio movimento histórico, consubstanciado pelo projeto

¹ Hobsbawm parte da interpretação de que as duas revoluções, a francesa e a inglesa (industrial), foram responsáveis pelas grandes transformações no campo das ciências, da filosofia, da religião e das artes, que levaram o mundo a ingressar na modernidade, sem esquecer os movimentos revolucionários que ensejaram essas transformações. Fonte: HOBBSAWM, E. J. *A Era das Revoluções*. 9.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.



iluminista de progresso das “artes e das ciências do Homem”. O historiador François Hartog compreende o conceito histórico de Patrimônio aos novos sentidos de experimentação do passado “correlatos com tempos fortes de questionamentos da ordem do tempo. O patrimônio é um recurso para o tempo de crise. Se há assim momentos do patrimônio, seria ilusório nos fixarmos sobre uma acepção única do termo” (HARTOG, 2006: 272). Exemplo paradigmático é o caso francês, que no transcorrer de seu período revolucionário,

Com a campanha contra o vandalismo do abbé Grégoire e dos Thermidoriens, com a despolitização dos museus, a herança do passado pôde ser nacionalizada e estetizada... desde então, a nação apropria-se do passado como recurso e não mais como ameaça, além de pensar seu futuro em termos de definição progressiva de uma identidade” (POULOT, 2009:121).

Transformado em “documento histórico”, o passado dessa maneira pôde ser utilizado como matéria-prima do Patrimônio Nacional, sendo estetizado, visibilizado e utilizado para legitimar uma ideia de Nação, assumindo o Estado o dever de “repatriar” os “monumentos históricos”² de interesse público e realoca-los no âmbito territorial nacional.

Assim, refletir sobre os usos do passado na História é refletir sobre o conceito de Patrimônio e suas transformações, principalmente em tempos de “crise”. É a partir das “rupturas” na ordem do Tempo que situamos as políticas de patrimônio. A partir do *loci* de atuação do IPHAN e a prática de atribuição de valor histórico à bens culturais da década de 1980, procuro detectar os novos usos do conceito de Patrimônio e História, a partir da atribuição de valor histórico à bens culturais inscritos nos Livros do Tombo na década de 80. Para o desenvolvimento dessa questão central, faz-se necessário situar o contexto histórico do início das práticas de patrimonialização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN

² Entende-se aqui como Monumento Histórico como uma nova categoria semântica, que adquire uma nova determinação temporal. O monumento histórico, símbolo erigido para fins de rememoração, dá lugar paulatinamente às consequências da modernidade, a marcha do progresso e o processo de industrialização cindirão os monumentos d sua função de rememoração para uma perspectiva de futuro e seus discursos de preservação patrimonial, como legado às gerações vindouras. Fonte: CHOAY, Françoise. A Alegoria do Patrimônio. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/Ed.UNESP, 2001.



A Atribuição de Valor Histórico e Artístico Nacional

No Brasil, as políticas de preservação do patrimônio cultural também estão atreladas à construção de um ideário nacional. Não é o objetivo central neste tópico delinear o vasto campo da historiografia brasileira no que tange a problemática da formação da sociedade brasileira. No entanto, um dos pontos cruciais da criação de uma identidade nacional foi o trabalho de intelectuais engajados em resgatar do esquecimento as raízes culturais, realizando uma revisão literária e artística da cultura brasileira. Conhecido como Movimento Modernista, este movimento ensejará uma reconfiguração cultural brasileira a partir da introdução do conceito de “tradição”, como nos fala Fonseca:

O interesse dos modernistas pela questão da ‘brasilidade’ decorreu de uma elaboração no próprio campo da criação artística, que teria ocorrido por volta de 1924, e que implicou na introdução do conceito de tradição como elemento estruturante de uma produção artística que se queria ao mesmo tempo universal e particular – no nacional. (FONSECA, 2005: 96)

Segundo Maria Cecília L. Fonseca, para que o Brasil fosse de fato um Estado Nacional, foi preciso que os intelectuais modernistas elaborassem uma identidade nacional a partir do que eles elencassem como as raízes da tradição da cultura brasileira. Isso explica o profundo envolvimento desses intelectuais e seu progressivo engajamento na esfera das políticas culturais do Estado Novo. Com a formulação de “resgate da tradição brasileira”, iniciam-se os trabalhos de preservação do patrimônio cultural no país, a partir do decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, criando o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-SPHAN, hoje chamado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN.

Pela letra do Decreto Lei 25/37³, os critérios para a seleção de um bem cultural como patrimônio nacional é estruturado sob a lógica da atribuição de valor histórico ligado à “memorabilidade” dos fatos históricos nacionais e à “excepcionalidade” arqueológica, etnográfico, bibliográfico e artístico. Nesse ínterim, é sabido que a

³ O artigo I do Capítulo I do decreto-lei 25/37 refere-se ao critério do que se constitui Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: “Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.”



concepção historiográfica adotada pelo IPHAN em sua gesta é embasada pela ideia da cientificidade historicista de recuperação dos fatos históricos “como eles realmente aconteceriam”, em busca de uma “verdade histórica” arraigada nos vestígios materiais, como nos aponta Chuva logo abaixo:

O esforço crítico dos intelectuais do Sphan – dos enunciadores do patrimônio histórico e artístico nacional – para designar o que se enquadraria nessa categoria tinha muita proximidade, portanto, com a crítica tradicional ao documento, aprimorada no século XIX, pela escola positivista, ao procurar, essencialmente, a autenticidade, numa caça aos falsos, e, por consequência, atribuindo um importância fundamental à datação. Tombavam-se, então, documentos da história nacional. (CHUVA, 2009: 74-75)

A concepção de “documento histórico” adotado pelo IPHAN em suas primeiras décadas de atuação se aproxima do método historiográfico do século XIX e abrange todo o trabalho de proteção do patrimônio cultural pela atribuição de valor histórico e artístico, como “testemunhos” da formação sociocultural do povo brasileiro e dos diversos elementos que o constituem. A partir de uma rede de colaboradores nacionais e internacionais estabelecida por Rodrigo,⁴ ainda em 1936 haviam sido iniciados os trabalhos de pesquisa e documentação dos bens considerados de interesse nacional, o que permitiu, quando da publicação do DL 25/37, inscrever nos Livros do Tombo, ainda em 1938, nada menos do que 244 bens, situados em 11 Estados brasileiros, nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste.

Analisando as inscrições realizadas durante as primeiras três décadas de atuação da instituição, percebe-se claramente a exaltação de valores como “monumentalidade” e “excepcionalidade”, no contexto de uma ideologia de nacionalismo e busca pela construção de uma identidade nacional, coerente com o momento político e com a ideologia do Estado Novo. O IPHAN voltou sua atuação para a proteção de bens relacionados ao período colonial em todo o Brasil, com destaque para Minas Gerais e no

⁴ Ligados diretamente ao IPHAN trabalharam diversas personalidades, tais como Mário de Andrade, Lucio Costa, Carlos Drummond de Andrade, Afonso Arinos de Melo Franco, Ayrton Carvalho, Manuel Bandeira, Paulo Tedim Barreto, Alcides da Rocha Miranda, Paulo Werneck, Renato Soeiro, Silvio de Vasconcelos, Luís Saia, Clemente da Silva Nigra, entre outros. Como colaboradores eventuais, ainda participaram desse primeiro momento nomes nacionais e internacionais como Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda, Joaquim Cardoso, Germain Bazin, Hannah Levy, e Robert Smith.



barroco mineiro, onde se teria produzido uma arquitetura e arte autenticamente brasileiras. Nesse sentido, foi tombado um grande número de monumentos religiosos (católicos), oficiais (Casas de Câmara e Cadeia, Palácios, etc.), conjuntos urbanos formados nesse período (são elas Diamantina, Serro, Tiradentes, São João Del Rey, Mariana e Ouro Preto), obras de arte (com destaque para peças sacras), além de alguns monumentos naturais, que representariam as belezas naturais do país. A esses bens, foram atribuídos principalmente valores artísticos, como se observa pelo predomínio das inscrições no Livro do Tombo das Belas Artes e, em segundo lugar, no Histórico, sendo uma grande parte inscrita nos dois.

Preservando efetivamente um patrimônio de caráter monumental e excepcional, o IPHAN também voltava-se para os bens ligados à diversidade cultural, ligados à “evolução peculiar dos diversos elementos que constituíram a população brasileira”, como pode ser percebido pelas primeiras publicações da instituição. A publicação nº 1, por exemplo, “Mucambos do Nordeste”, de Gilberto Freyre, era dedicada às casas populares do nordeste brasileiro, enquanto a nº 6, de Heloísa Alberto Torres, era dedicada à “Arte Indígena da Amazônia”. Importante salientar que a concepção de Cultura que presidiu a criação do IPHAN é a noção de civilização como controle da natureza pela técnica, que substancia o progresso da civilização material no Brasil, como atesta o livro *Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil*, de Afonso Arinos de Melo Franco.⁵ Assim, conhecer o Brasil era debruçar-se sobre os vestígios da cultura material deixados pelo trabalho do homem em seu meio: engenhos, igrejas, fortes, armazéns velhos, casas rurais, câmaras e fazendas de café, cidades, peças artesanais, etc.

Será a partir desse conceito “tradicional” de Cultura, ligado à concepção de “documento histórico” que o IPHAN continuará ampliando seu raio de ação na década de 1980, amalgamando várias correntes historiográficas, passando pela visão de história “tradicional” (voltada aos fatos políticos do Estado Nacional), pelo marxismo

⁵ Resultado de cinco palestras proferidas em 1938, a fim de treinar o pessoal técnico recém-contratado pelo SPHAN, à pedido de Rodrigo Melo Franco de Andrade, que queria que seus técnicos tomassem conhecimento do desenvolvimento da cultura material do país. Fonte: MELO FRANCO, A. A. de. *Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.



estruturalista que valoriza os ciclos econômicos e seus processos históricos (os famosos ciclos da cana-de-açúcar, ouro, café, borracha, etc) e a Escola dos *Annales*, surgida na década de 20, que empreende não só uma crítica ao “valor absoluto” do documento tornado histórico pelos historiadores, mas também procura dar ênfase às continuidades históricas e às diversas temporalidades. Qualquer que seja o viés utilizado pelas práticas de patrimonialização, a noção de documento histórico, em toda a sua abrangência epistemológica, continua subsidiando o incontestado acervo patrimonial do IPHAN na década de 1980.

Da Crítica da “Monumentalização” ao Documento Histórico

Outro aspecto que impacta no processo de atribuição de valor histórico, discutido no âmbito internacional, é a preocupação com os impactos ambientais ocasionados pelo desenfreado desenvolvimento urbano e tecnológico prevalecerá como a grande fonte de discussão internacional relacionada à UNESCO a partir dos anos 60, influenciando assim fortemente as políticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil. No transcurso da atribuição de valor histórico ao patrimônio, é sintomático a noção de documento histórico que traz as chamadas “Cartas Patrimoniais”⁶, engendrando assim uma transformação no conceito de “monumento histórico”.

Considerada como um grande marco na trajetória da preservação dos monumentos e sítios históricos, a Carta de Veneza, de 1964, resultado das conclusões do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, patrocinado pela UNESCO, reforça a necessidade de ampliar as ações de preservação dos monumentos históricos situados no tecido urbanos, a partir de uma nova noção de monumento histórico, que

⁶ Documentos internacionais elaborados no nível internacional relativo à conservação do patrimônio cultural com o intuito de levantar deliberações e orientações à preservação do patrimônio. Entidades internacionais como o ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) e a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), órgão integrante da ONU (Organização das Nações Unidas), criado logo após a II Guerra Mundial, apresentam diretrizes para as práticas de preservação do patrimônio que são utilizadas pelos Estados como fontes estratégicas nas políticas de execução de proteção e conservação do Patrimônio.



...compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, significado cultural. (Artigo 1º Da Carta de Veneza)

Pela noção de documento histórico trazida pelo discurso da Carta de Veneza, apreendemos que novas referências conceituais são apresentadas, reforçando assim a noção de documento histórico como ferramenta incontestada de valorização do patrimônio cultural, na qual o monumento histórico é como “inseparável da história de que é testemunho e do meio em que se situa.” (artigo 7º da Carta de Veneza)

Esse revigoramento epistemológico impactou fortemente as práticas de patrimonialização efetuadas no Brasil a partir da segunda metade da década do século XX. A partir da observação na atribuição de valor a partir das inscrições nos Livros do Tombo de Centros Históricos, segundo Sant’Anna,

Verifica-se que, até o final da década de 1960, as cidades e centros históricos eram tombados quase sempre pelo seu valor artístico e inscritos no Livro do Tombo das Belas Artes. Faziam jus a essa inscrição as áreas que apresentassem as seguintes características: homogeneidade do conjunto, com predominância da arquitetura típica dos séculos XVII e principalmente, XVIII; integridade do conjunto, isto é, poucas alterações nos elementos arquitetônicos das edificações ou no sistema construtivo; e traçado urbanístico mais ou menos espontâneo, caracterizando o modo de urbanização predominante na América portuguesa durante o período colonial. Por seu estado de adiantado arruinamento, como já mencionamos, Alcântara foi inscrita apenas no Livro Histórico, e conjuntos descaracterizados como Congonhas do Campo, em Minas Gerais, e São Cristóvão, no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Vassouras, embora íntegra, por ter sido fundada no século XIX, também só foi inscrita neste último livro. Verifica-se, embora os critérios de seleção das cidades-monumento tenham sofrido um ligeiro alargamento no final do período, incluindo o interesse histórico e paisagístico, o valor artístico continuou predominante e vinculado às concepções que informaram os primeiros tombamentos em 1938.” (SANT’ANNA, 2014: 177).



Segundo o objeto de estudo de Marcia Sant'Anna, os critérios de seleção de Conjuntos Urbanos foram se flexibilizando, com os valores paisagísticos e históricos ganhando mais espaço nos processos de tombamento, concentrando-se no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Livro Histórico. Uma ideia de “continuidade histórica” vai paulatinamente substituindo a noção de “exemplaridade” a partir do final da década de 1960. Mesmo que a concepção estética do bem continuasse a ser o principal critério de valoração, Sant'Anna destaca uma mudança na atribuição de valor aos Conjuntos Urbanos, e que também passa pelas práticas de patrimonialização de uma maneira geral.

Novos “Testemunhos Históricos”

O valor de “testemunho histórico”, embasado pela concepção historiográfica da ampliação da noção de documento histórico trazida pela “Nova História” abarca uma nova gama de bens edificados. Aqui, para efeito de explanação metodológica, elenco alguns discursos presentes nas Reuniões do Conselho Consultivo para deliberação de tombamentos de bens matérias⁷.

Na Ata 120º da Reunião do Conselho Consultivo, de 03/04/1986, referente à inscrição no Livro de Belas Artes e também no Livro Histórico do Hotel Copacabana Palace, de acordo com as palavras do conselheiro Gilberto Velho, “ressaltando que, junto ao valor arquitetônico e histórico, o Relator apontou, com muita propriedade, para o valor sociológico do Hotel, por representar um estilo de vida, não só para o bairro, ou a cidade, mas para toda a sociedade brasileira.” Já o conselheiro José Mindlin analisa que “se o Copacabana representa uma época, tem valor de testemunho histórico, devendo, neste caso, ser preservado.” Aqui, o conselheiro ressalta a expressão de “testemunho de uma época” o Hotel Copacabana Palace. Percebemos que o valor não está intrínseco na arquitetura do edifício, (embora este se enquadre num estilo arquitetônico, por isso a inscrição no Livro de Belas Artes), mas pelo seu valor

⁷ As Atas referentes às reuniões do Conselho Consultivo citadas a partir daqui podem ser consultadas no portal: <http://portal.iphan.gov.br/>



histórico. Isso será uma característica cada vez mais presente nos processos de patrimonialização de bens materiais pelo IPHAN.

Na 121ª Reunião do Conselho Consultivo, o prédio da antiga Fábrica Santa Amélia localizado na Rua Cândido Ribeiro, em São Luis-MA, inscrito no Livro Histórico, o relator Roberto Cavalcanti de Albuquerque justificou o tombamento “como exemplar significativo da arquitetura industrial do Maranhão”, e destacou o seu “significativo histórico no contexto do processo de industrialização regional, em particular das manufaturas têxteis.” Na Reunião seguinte do Conselho, a de número 122ª, em que o Mercado Adolfo Lisboa ou Mercado Municipal, localizado em Manaus-AM foi tombado no Livro de Belas Artes e Livro Histórico, segundo o relator e conselheiro Roberto Cavalcanti de Albuquerque, “Manaus ter nascido como entreposto de comércio, marcado pela comercialização da borracha... sendo o Mercado municipal testemunha desse itinerário urbano”. Na Reunião de número 125ª do Conselho Consultivo, foi pedido estudos técnicos da SPHAN acerca da valoração e conservação das pontes históricas de estradas de ferro brasileiras, representantes da História das Ferrovias no país, em decorrência do tombamento da Ponte do Imperador, em Ivoti-RS, inscrito no Livro Histórico. O conselheiro Gilberto Ferrez conclui dizendo que “não se poderia deixar de tomar esse velho exemplar delineado do século passado... e sugeriu que a SPHAN indicasse alguém para fazer um estudo específico sobre essas pontes.” Hotel, Fábrica, Mercados, Pontes, bens materiais que denotam novas valorações, inscritos no Livro de Belas Artes e no Livro Histórico (ou recebendo inscrições nos dois livros ao mesmo tempo). Mesmo que a concepção estética do bem continuasse a ser o principal critério de valoração, percebe-se uma mudança na atribuição de valor histórico, que passam a serem valorizados a partir de seus aspectos econômicos, sociais e urbanos.

Ligados à processos históricos em regiões até então pouco representados pelo IPHAN, como é o caso, por exemplo, de bens relacionados à imigração no sul do país, a atribuição de valor histórico amplia-se a partir de seleção de novos bens culturais. Na Reunião 113ª do Conselho Consultivo, no dia 22/01/85, aprovou o tombamento no Livro Histórico de mais um bem que remonta à imigração em Novo Hamburgo-RS. Na mesma reunião foi aprovado o tombamento do imóvel denominado Casa Rural,



localizado na costeira do Ribeirão da Ilha, em Florianópolis. Segundo o conselheiro Alcídio Mafra de Souza, sobre este imóvel, “trata-se do que talvez seja um dos últimos testemunhos da atividade rural dos imigrantes açorianos em Santa Catarina”.

Vai ser a partir dos processos históricos da urbanização no Brasil que a atribuição de valor histórico se revestirá como sua principal ferramenta de valoração do patrimônio de Conjuntos Urbanos a partir da década de 80, justificado pelo valor de “testemunho histórico” dos diversos processos de ocupação do território brasileiro. Alguns casos são exemplares nesse sentido e nos ajudam a compreender o redirecionamento das políticas de patrimonialização do IPHAN que se seguiram no decorrer final do século XX. O tombamento do Centro Histórico de Laguna/SC, em 1984, é um marco nesses processos de valoração histórica, como valor de “testemunho histórico” em torno de ciclos socioeconômicos das regiões brasileiras, tombado no Livro Histórico e no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Nesse caso, o parecer do arquiteto do IPHAN Luis Fernando Franco é paradigmático para compreendermos a atribuição de valor histórico como “documento”:

Em sua dimensão arquitetônica, o patrimônio construído do centro histórico de Laguna não aparenta as características de excepcionalidade normalmente adotadas como critério para decidir sobre a oportunidade do tombamento... Cremos, não obstante, tratar-se de documento precioso da história urbana do país, menos como sede de acontecimentos notáveis – embora estes também tenham sido ali assinalados -, do que pela escolha criteriosa do sítio, pelo papel que o povoado pode desempenhar, em virtude de sua localização, no processo de expansão das fronteiras meridionais e, sobretudo pela forma urbana assumida afinal como precipitação espacial dos dois processos precedentes. (Processo Nº 1122-T-84/SPHAN/DTC/DRD. Conjunto: Centro Histórico de Laguna – Santa Catarina. Informação Nº 107/84. Assunto: Tombamento do Centro Histórico de Laguna.)

O citado parecer ressalta a valoração do Conjunto Urbano de Laguna (seu Centro Histórico) como documento para a história urbana do país, não pelo seu vínculo à história da arquitetura no Brasil, mas pelo seu papel desempenhado em função de sua localização. E assim seguiram outras tombamentos pelo mesmo véis histórico.



Em 1987, São Francisco do Sul-SC, foi tombada no Livro Histórico e Livros Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, na reunião de número 124º do Conselho, na qual seu valor histórico reside no processo de expansão urbana das fronteiras meridionais do sul do país, ressaltado pelo conselheiro Alcídio Mafra de Souza “a relação dos habitantes com o mar, através da pesca de subsistência e do transporte individual em canoas e, sobretudo, nunca interrompida atividade portuária... pois o porto faz o tecido de toda essa história”. Na mesma Reunião encontra-se a mesma ênfase no valor histórico, como no tombamento de Natividade-TO, que foi inscrita em três Livros do Tombo, por seus valores históricos, artísticos e paisagísticos. O conselheiro Gilberto Velho profere que “Natividade teve importante papel na história da região, ligada da mineração e do gado... a vinculação da área urbana com o meio ambiente, explicitando claramente a relação do fator sociocultural com a geografia e a ecologia, através da atividade econômica, e com a história.” No parecer do conselheiro Gilberto Velho, ainda na mesma Reunião do Conselho, referente ao tombamento de Cuiabá, “justifica o tombamento por seus testemunhos arquitetônicos e paisagísticos, expressando a história do país no Centro-Oeste.” Assim como Natividade, Cuiabá foi inscrita em três Livros do Tombo. Nesses tombamentos de conjuntos urbanos, o valor de “paisagem urbana” passa a figurar mais fortemente como potencial de valor cultural, a partir da relação entre o sítio natural e os processos históricos que ali ocorreram, indicando-nos que “o diferencial importante que devemos reter na percepção da história da paisagem é a noção de conjunto, sistêmico, marcada por padrões e possíveis de comparação”. (SILVA, 1997: 300). Vemos assim que a valoração de tais Conjuntos Urbanos passa por uma perspectiva mais holística e integrada em seus valores, agregando, assim, no mesmo bem cultural, valores históricos, arquitetônicos e, também, paisagísticos.

Considerações Finais

Utilizando como norte metodológico a conhecida máxima do historiador Lucien Febvre “A História é sempre filha de seu Tempo”, nos é possível também aplicar tal metodologia historiográfica ao campo do Patrimônio, sendo este também “filho de seu Tempo”. A partir do recorte temporal e documental, procurei situar historicamente a



atribuição de valor histórico pelo IPHAN partindo da premissa de que “os valores que adjetivam o patrimônio não são estanques. No mundo ocidental moderno, eles se reconfiguram a cada instante, segundo as relações contextuais de cada momento histórico.” (REIS, 2010: 65). O conceito Histórico utilizado pelo IPHAN, estudado aqui, carrega em si um potencial teórico que traz inúmeras visões e abordagens de leituras da História, permitindo assim que as práticas de preservação do patrimônio perpetradas pelo IPHAN se renovem constantemente, abarcando assim novas possibilidades de produção de conhecimento, bem como a fomentação de um saber documental da História do país em sua variedade cultural.

A possibilidade de leitura do Patrimônio pelo valor de “testemunho histórico” abriu caminho para pensar o patrimônio de uma maneira mais integradora e agregadora de valores morfológicos, econômicos, paisagísticos e estéticos do bem cultural. No campo da História, renova-se o diálogo com outros campos das Ciências Humanas, tais como a sociologia, geografia, linguística, psicologia, economia e, sobretudo, os estudos culturais ligados à antropologia, trazendo novas perspectivas ao campo do patrimônio, abarcando desde a cultura material (alimentação, vestimentas, habitações, cidades), e estudos no campo da oralidade, culturas e mentalidades, possibilitando também pensar o patrimônio como potencial de desenvolvimento socioeconômico condizente com as necessidades de valorização da memória e direitos culturais, a partir da crescente participação social inclusão dos grupos detentores dos bens culturais, práticas cada vez mais presente durante o processo de redemocratização do país no final da década de 1980.

FONTES

Carta de Veneza - Maio de 1964. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos

Processo N° 1122-T-84/SPHAN/DTC/DRD. Conjunto: Centro Histórico de Laguna – Santa Catarina. Informação N° 107/84. Assunto: Tombamento do Centro Histórico de Laguna.



-108ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo - 31/05/1984

-113ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo - 22/01/1985

-120ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo - 03/04/1986

-121ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo - 10/07/1986

-122ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo - 12/08/1986

-124ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo - 13/01/1987

-125ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo - 30/04/1987

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

CHUVA, M. R. R. **Os Arquitetos da Memória: sociogenese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/IPHAN, 2009.

FONSECA, M. C. L. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC-IPHAN, 2005. 296p.

HARTOG, F. **Tempo e Patrimônio**. Varia História, Belo Horizonte, vol 22 nº 36: p. 261-273, jul/dez 2006.

MELO FRANCO, A. A de. **Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

NOGUEIRA, A. G. R. **O Campo do Patrimônio Cultural e a História: itinerários conceituais e práticas de preservação**. Antíteses (Londrina), v. 7, p. 45, 2014.

POULOT, D. **Uma História do Patrimônio no Ocidente**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

REIS, D. **Sobre Sistemas de Valores e Classificação do Patrimônio na Cidade de Juiz de Fora-MG**. In.: Anais da III Oficina de Pesquisa: a questão do Nacional no IPHAN/ COPEDOC, DAF, IPHAN, RJ, 2009. (Patrimônio: Práticas e Reflexões nº5).

SANT'ANNA, M. **Da Cidade-Monumento à Cidade Documento - a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil 1937-1990**. Oiti Editora, 2014.

SILVA, F. C. T. **História das Paisagens**. In.: Domínios da História : ensaios de teoria e metodologia/ Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs.). - Rio de Janeiro: Campus, 1997.